

O PROTESTO DE RUA NOS ANOS OITENTA E A CRISE DO REGIME MILITAR¹

Marcos Napolitano
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Este artigo visa recuperar o papel dos protestos de rua que marcaram a crise do regime militar no Brasil durante a primeira metade dos anos 80, sobretudo a campanha das “Diretas-Já”. Esses eventos, na minha opinião, estavam inseridos numa tradição de protestos pela democracia realizados por diversos segmentos sociais que foram protagonistas importantes da vida política do país após 1977. Seu estudo sugere, assim, a possibilidade de uma “outra história” da transição democrática.

PALAVRAS-CHAVE: *regime militar; democracia; protesto político; transição democrática*

I. ANOS 80: NOVOS DESDOBRAMENTOS DO PROTESTO DE RUA CONTRA O RE- GIME MILITAR BRASILEIRO

Após a crise no ABC paulista, durante a greve metalúrgica de 1980², iniciou-se um período de intensa negociação política, num contexto marcado por uma crise econômico-social sem precedentes³. Com a reforma partidária e as eleições para governadores, acenada para 1982, a “abertura” do regime entrava numa nova fase.

Nos termos de Juan Linz, o Brasil caminhava para uma “diarquia” (*apud* STEPAN, 1988), na qual o regime autoritário cederia algum espaço

para a oposição institucional. Dispostos a neutralizar a oposição da sociedade civil, os militares fortaleciam a sociedade política, mais permeável ao controle estatal. Conforme Alfred Stepan, o fortalecimento da sociedade política (entenda-se “sociedade política” como esferas e instituições de governo), acabou por inviabilizar a continuidade do regime militar, na medida em que aquela se tornava mais autônoma. Ao mesmo tempo, a sociedade civil também se via fortalecida e melhor representada na sua mediação com o Estado (STEPAN, 1988).

A reversão das expectativas de desenvolvimento, já vislumbradas no começo do governo Geisel, marcava o fim do “milagre econômico”⁴

¹ O presente artigo é um resumo do último capítulo da minha dissertação de mestrado, orientada pela Profa. Dra. Maria Helena Capelato (Dep. História/USP), intitulada *Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua contra o regime militar na Grande São Paulo — 1977/1984*. São Paulo, FFLCH/USP, 1994.

² A greve metalúrgica de abril/maio de 1980 constituiu-se numa verdadeira crise política de dimensões nacionais. A convergência de diversos segmentos da sociedade civil no apoio aos grevistas e o endurecimento da repressão por parte do regime, deram um caráter de conflito político ao evento. O governo deixou claro os limites da “abertura”, aprofundando seu isolamento político e apontando para a possibilidade

de uma aliança informal na luta pela democracia, para além dos limites institucionais.

³ Com o aumento dos juros internacionais a dívida externa brasileira explodiu. O governo, capitaneado pelo ministro Delfim Netto, provocou uma grande recessão, iniciado em 1981, marcado pela inflação, desemprego. Ao mesmo tempo, os gestores da economia do país apelaram para o Fundo Monetário Internacional, comprometendo-se, em troca, a saldar os juros da dívida com os banqueiros internacionais.

⁴ O “milagre econômico” foi um dos motes da propaganda do regime militar. Significou um expressivo crescimento econômico, entre 1968 e 1973, capitaneado pela expansão dos bens de consumo para a

e aos poucos foi privando o regime de um dos seus principais trunfos. Com a recessão declarada, as expectativas de ascensão e consumo da classe média acabavam. Por outro lado, para os segmentos mais pobres, a crise significou o desemprego e a miséria. Com isso, o movimento sindical perdia seu potencial de barganha, ao mesmo tempo que a tensão social aumentava.

Apesar de possuir boa margem de manobra política o regime parecia entrar numa crise definitiva. Paradoxalmente, o protesto social parecia ter arrefecido, realizando apenas manifestações dispersas em 1981 e 1982. É inegável que a expectativa das eleições de 1982 canalizava boa parte das energias da oposição. O movimento sindical aprimorava a sua organização interna, diminuindo o ímpeto grevista. A consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) também catalisava grande parte das energias da oposição de esquerda.

As eleições gerais de novembro de 1982 acabaram galvanizando o protesto contra o regime, sugerindo uma maior articulação entre as lutas da sociedade civil e a sociedade política que se reorganizava, através dos partidos (STEPAN, 1988). Em São Paulo, as manifestações político-partidárias foram organizadas, principalmente, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pelo Partido dos Trabalhadores. Na passeata de encerramento da campanha eleitoral do PT, cuja tônica era a crítica ao regime e à ordem social, ouvia-se os refrãos já conhecidos: “Abaixo a ditadura”; “Ninguém agüenta mais nem patrões, nem generais”; “Trabalhador unido constrói o seu partido”. No comício ocorrido alguns dias antes — 07/11/82 — os petistas consagraram uma nova forma de politização do espaço público: “a festa-comício”⁵.

classe média, sustentado por juros baixos e endividamento externo. O choque dos preços internacionais do petróleo, em 1974, foi um dos primeiros golpes nessa política econômica.

⁵ Na praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, cerca de 60 mil pessoas segundo a imprensa (Folha de São Paulo, 08/11/82) ou 100 mil segundo os organizadores, dividiram sua atenção entre barracas de comida e bebida, shows musicais e

A ocupação “lúdica” do espaço público sugeria, também, a própria resignificação da cidade. Para as estratégias do regime (sobretudo após o AI-5), a cidade era vista como um espaço funcional, marcado pelo “valor de troca”, onde trabalhadores e produtos deveriam circular e se instalar, sem efetiva apropriação do espaço público, enquanto espaço político. O “esvaziamento” e a “despolitização” do espaço público, promovidos pelo regime militar, se deram no sentido de evitar que a vida urbana propiciasse “encontros das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos inclusive no confronto ideológico e político dos modos de vida, dos padrões que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, 1969). As pequenas resistências e articulações cotidianas, ocorridas sobretudo nos bairros afastados, inviabilizaram o sucesso efetivo dessa estratégia e traduziram-se como um “direito à cidade”. A “festa-comício” foi uma das expressões desse sentido “renovado” de cidade, para usar a expressão de Henri Lefebvre⁶, onde o “tempo da festa” se contrapôs ao “tempo do poder” (tempo do controle, do cálculo explorador, da mesmice).

Os eventos de protesto político de 1983 e 1984, os quais analisaremos a seguir, sintetizados nas “Diretas-Já”, ajudaram a redefinir o lugar da soberania política.

Usando uma metáfora, diríamos que a

discursos das lideranças. Esta prática se incorporaria à nova cultura política brasileira, surgindo com toda a força durante o movimento “Diretas-Já”. A “festa-comício” surgiu nos anos 70, como recurso de manifestação partidária e popular, para escapar às restrições da lei-eleitoral do regime, que cerceava a propaganda nos rádios e nas televisões. Nas palavras de Regina Festa: “Para fazer campanha política o povo teve que sair às ruas e praças e nesses espaços recriaram as festas-comícios” (FESTA, 1984).

⁶ Henri Lefebvre indica uma “centralidade lúdica” para a cidade “pós-capitalista”: “O problema é restituir a festa transformando a vida cotidiana. A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana meta-morfoseada”(LEFEBVRE, 1969: 119).

“praça” se contrapôs ao “palácio”. A rearticulação do poder político, após o fim do regime, ainda que tenha ocorrido de forma “palaciana”, não pode desconsiderar este aspecto inovador das lutas democráticas do período⁷.

Durante os saques de abril de 1983, diversas capitais brasileiras foram palco de um verdadeiro drama social. Desta vez não se tratava de uma categoria em greve, de estudantes radicalizados ou do movimento social organizado, tal como surgia o protesto desde fins dos anos 70. Era a “massa amorfa” que ocupava as ruas para protestar. À direita e à esquerda a multidão em protesto mexia com os parâmetros da percepção política. Um dos aspectos que mais incomodava era a ausência de “lideranças”, reconhecidas como tal, durante os motins.

Os conflitos de rua que abalaram São Paulo e o Brasil, tiveram início no dia 04/03/83, no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro⁸. A partir de um protesto de desempregados organizado pelo Deputado Aurélio Peres (PCdoB/PMDB), algumas centenas de manifestantes iniciaram uma onda de saques e depredações, que no dia seguinte se alastraria pela cidade, com repercussões em todo País. No dia do primeiro motim, na periferia sul da cidade, parece ter havido uma falsa notícia — de que uma grande indústria na região ofereceria centenas de vagas — fato que revoltou os desempregados. A violência e os saques se dirigiram a lojas e supermercados e não contra pessoas ou casas particulares. Os distúrbios se deslocaram para o centro da cidade, e duraram aproximadamente três dias, não ocor-

rendo desde então com a mesma amplitude. A ação coletiva dos desempregados e dos ditos *marginais*, politizou o tema da recessão econômica no espaço público. O fato é que a multidão se fazia presente por si mesma e abalava o processo político. Talvez por não reconhecerem a legitimidade e a eficácia das instituições, amplos segmentos excluídos agiram no sentido de, ritualmente, redefinir os marcos da soberania política.

O impacto dos motins de 1983 e o sentido das articulações político-ideológicas a partir daí até o “colapso” do movimento Diretas-Já na verdade expressaram duas visões de democracia: a dos liberais/conservadores, que viam na idéia de democracia a *produção do consenso*, em contraponto à visão da oposição de esquerda e do movimento popular que entendiam a democracia como a *equação do conflito*. Na campanha das “Diretas” esta tensão perpassou a ação dos protagonistas e o produto deste embate, político e simbólico, determinou os rumos imediatos do movimento. O esforço das articulações institucionais, que levou à rejeição da emenda “Dante de Oliveira” em abril de 1984, foi no sentido de homogeneizar o significado político/ideológico da ocupação do espaço público e do protesto popular, quando na verdade o sentido daquelas ações era, fundamentalmente, plural. Porque a concepção de democracia enunciada pelos sujeitos que se opunham ao regime militar era igualmente plural.

II. “Uma flor nasceu na rua”⁹: AS MULTIDÕES PELA DEMOCRACIA

“Até que enfim setores da oposição começaram a se unir em ações de massa” comentava o cientista político e então militante da oposição Francisco Weffort, num artigo publicado na *Folha de São Paulo* sob sugestivo título “A união das ruas”. No mesmo artigo ele dizia: “Chegou a hora das oposições saírem às ruas em manifestações pacíficas e democráticas que permitam virar o jogo a seu favor [...]”; só a opinião pública

⁷ Nesse sentido, podemos entender porque a “Nova República”, após uma convergência momentânea das “praças” para a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, assistirá a grandes mobilizações públicas: na forma de greves, de petições populares para a Constituinte e culminando com a mobilização popular da campanha eleitoral de 1989 (que teve um sentido explícito de protesto político contra as instituições excludentes).

⁸ O Largo 13 de Maio se localiza numa das regiões mais pobres de São Paulo, na zona sul da cidade e por ser um terminal de ônibus e um ponto de comércio popular concentra um enorme número de pessoas, oriundas das periferias mais distantes.

⁹ “A flor e a náusea”, poema de Carlos Drummond de Andrade incluído no volume *A Rosa do Povo*.

mobilizada será capaz de obrigar o processo político a uma mudança de rumo [...]. A manifestação do dia 27 é apenas o começo” (*Folha de São Paulo*, 17/11/83, p. 03). Weffort referiu-se à manifestação por eleições “livres e diretas”, convocada pelo PT na Praça Charles Miller, que acabou conseguindo a adesão de mais de 70 entidades, inclusive o PMDB (KOTSCHO, 1984: 22-30).

Os impasses gerados pela crise sociopolítica, o impacto dos motins urbanos de abril de 1983 e os efeitos políticos da greve geral de 1983 (a primeira convocada após 1964), demonstraram a fragilidade do regime militar ante a ocupação massiva das ruas pelo protesto popular. A oposição liberal¹⁰ percebia que era chegada a hora de negociar a transição, antes que o jogo político se decidisse pela pressão das ruas. Neste contexto, a convocação de uma campanha popular pelas eleições diretas para Presidente da República instaurava um elemento inovador e imprevisível na tradição política brasileira.

Um dia antes do primeiro comício pelas eleições diretas, no dia 26/11, vários governadores de oposição ao regime lançaram um manifesto pelas eleições diretas com o título “O Brasil quer ser ouvido”. Assinaram-no Franco Montoro (SP), José Richa (PR), Iris Resende (GO), Jader Barbalho (PA), Gilberto Mestrinho (AM), Gerson Camata (ES), Leonel Brizola (RJ) e Tancredo Neves (MG) este último ainda recalcitrante, pois considerava mais importante o “consenso” em torno do nome do próximo presidente; as eleições diretas poderiam esperar, se fosse o caso (*Folha de São Paulo*, 17/11/83, p. 03).

Na festa-comício realizada no dia 27, “um domingo de bandeiras no Pacaembu sem futebol”, sujeitos históricos da oposição ao regime se encontraram. A União Nacional dos Estudantes (já legalizada), a Central Única dos Trabalhadores (fundada após a greve geral de julho de

1983), a Comissão de Justiça e Paz (ligada à Igreja Católica), entre outras. Na convocatória do ato, representantes do PMDB, PT e PDT declaravam que aquela festa-comício era “[...] a arrancada de um grande movimento nacional pela reconquista da democracia, cujo protagonista é o povo. Ou o povo se une e vai à praça pública exigir democracia ou ele não conseguirá conquistá-la”. O discurso de Lula reafirmava: “Este para mim é uma grande efeméride, uma data nacional. Vamos ter que relembrar do dia 27/11/83 como sendo um dia histórico, quando os brasileiros de São Paulo se reuniram em Praça Pública para colocar com firmeza que a crise que estamos passando só poderá ser contornada pelo povo” (*Folha de São Paulo*, 28/11/83, p. 04). Durante o comício foi anunciada a morte, vitimado pelo câncer, do senador Teotônio Vilela, o mais notório dissidente do regime. Seu enterro reunirá mais de 40 mil pessoas (*Folha de São Paulo*, 28/11/83).

Com um apoio apenas formal do PMDB, que não queria ser obscurecido pelo PT na campanha pelas “diretas”, o primeiro comício contou com um público abaixo das expectativas: cerca de 15 mil pessoas, na maioria militantes petistas. Mas havia a confiança de que as demonstrações públicas empolgariam, por si, a sociedade: “Campanha, agora nas ruas, deverá crescer a cada manifestação”, dizia Jair Meneghelli, presidente da CUT (*Folha de São Paulo*, 28/11/83, p. 03).

Um outro comício havia sido marcado para o dia 25/01/84, aniversário da cidade de São Paulo, na esteira do sucesso do comício ocorrido na cidade de Curitiba, em 12/01/84. Desta vez a máquina peemedebista entrou firme na campanha. O *Estado de São Paulo* criticou o tom “oficialesco” da manifestação, questionando se as pessoas iam às ruas para “ver os shows, fazer política ou ‘bater o ponto’ nos limites da lei?” (*O Estado de São Paulo*, 17/01/84, editorial). O jornal destacou a apreensão das autoridades federais com a presença da multidão, dando grande espaço às falas do ministro da Justiça e do comandante do II Exército, que confirmara a “prontidão” das tropas em São Paulo. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas procurava minimizar a preocupação, dizendo que no Brasil

¹⁰ O que chamamos de oposição liberal não se esgota em torno da organização partidária propriamente dita (o PMDB), mas incluía dissidentes do regime, vozes da “grande imprensa”, elites empresariais. Enfim, diversos segmentos e formas de expressão políticas que se articulavam de maneira nem sempre homogênea e puramente institucional

“há plena liberdade de manifestação, pois o País já está no regime democrático” (*O Estado de São Paulo*, 20/01/84, p. 04).

As representações e as palavras de ordem que eram veiculadas pelos protestos de rua desde os estudantes de 1977, passando pelo conjunto dos protestos que a partir de então ocuparam as ruas, apareciam no panfleto convocatório: “A vitória sobre a dívida externa, o custo de vida, o desemprego, a corrupção e a violência passa pelas eleições diretas”¹¹. De acordo com Judith Muszynski e Antonio T. Mendes, a campanha das “Diretas-Já” representou o ápice da mobilização popular durante a fase de redemocratização, e tornou mais nítido o significado das demandas por democracia, “cuja conquista estava associada à reversão do quadro sócio-econômico que se deteriorava” (MUSZYNSKI, 1990: 62).

Acrescentamos a esse aspecto a importância da reconquista do espaço público para a política que foi consolidada durante as “Diretas-Já”. Esse significado do evento, menos funcional e mais simbólico, não pode ser minimizado. A campanha pelas “Diretas-Já” recolocava o lugar da soberania popular. Aliás, não só recolocava o lugar da soberania, mas reelaborava seus pressupostos: a idéia de democracia como expressão da “vontade popular”, sofria uma clivagem. Os eventos do protesto de rua, notadamente as “Diretas Já”, sugeriam uma democracia como “invenção”, fenômeno historicamente indeterminado, levando para o espaço público suas ambigüidades, conflitos e tensões — elementos constituintes do próprio conflito social. Em outras palavras, a sociedade fazia do espaço público o lugar da enunciação das diferenças, uma das marcas da sociedade civil na luta contra o autoritarismo do regime. No entanto, o espaço público como lugar do conflito encontrava negação no discurso do consenso. O que pretendemos dizer é que os dois sentidos, produção do consenso e equação do conflito, estavam presentes naquele evento. Ora indiferenciados, ora demarcados, estes dois conjuntos de representações configuram um acontecimento de conseqüências históricas indeterminadas e abertas, pleno de

contradições e virtualidades.

É interessante notar que, antes do processo de institucionalização da memória da campanha, parecia esboçar-se uma percepção da campanha das “diretas” encadeada com os eventos anteriores ligados ao protesto de rua. Uma sugestiva conversa, num programa de rádio, entre duas lideranças populares da época revelou essa percepção de uma nova temporalidade pública. Lula e Sócrates (jogador de futebol, líder da “democracia corinthiana”¹²) declararam que o ano de 1978 fora marcante na vida dos dois. Lula liderou sua primeira grande greve e Sócrates chegou ao time do Corinthians. Suas referências cronológicas pessoais se complementavam com a memória dos eventos coletivos: para ambos o ano de 1978 “marcou o início da conscientização que culmina hoje, com o povo nas ruas reivindicando o direito de traçar o próprio destino”. Sócrates ainda sintetizou a importância do movimento do ABC para a sua geração: “Despertamos da ignorância para a realidade política do País” (*Folha de São Paulo*, 28/04/84, p. 28).

Mas essa articulação histórica das “Diretas-Já” com os protestos de rua anteriores ficava ofuscada nos discursos liberais, preocupados com a produção de um consenso que não encontrava respaldo político naqueles eventos. Assim, podemos entender por que o conjunto da grande imprensa enfatizou seu caráter de evento fundador, marco inaugural da soberania popular, representada pela imagem do consenso. A luta dos grupos de protesto contra o regime nos anos anteriores contém elementos que permitem assinalar a configuração de uma nova cultura política democrática no Brasil.

Com o desenrolar dos acontecimentos — derrota das “Diretas-Já” e transição realizada “pelo alto” — o terreno se mostrou fértil à idéia de consenso, favorecendo a memorização do evento nesses termos. Procurarei explorar melhor esta questão no item que segue.

¹¹ Conforme panfleto convocatório distribuído pelo Comitê Pró-Diretas.

¹² A “Democracia Corinthiana” foi um movimento de base, dentro do clube esportivo, que visava a democratização de suas relações internas.

III. EQUAÇÃO DO CONFLITO E PRODUÇÃO DO CONSENSO: A POLISSÊMIA DO EVENTO HISTÓRICO

No comício de 25/01/84 a presença de mais de 250 mil pessoas, na histórica praça da Sé, impressionou a todos. Naquela mesma praça, nove anos antes, tinha ocorrido o primeiro protesto público contra a ditadura. Emoção e surpresa tomavam conta do ambiente (KOTSCHO, 1984: 35-39). A novidade daquele comício-monstro colocava uma questão para todos: de qual tradição política ele havia surgido? Como uma expressão coletiva pode, “subitamente”, aparecer numa praça pública, naquelas dimensões. A estupefação tomou conta da imprensa, como mostra o exemplo da revista *IstoÉ*: “Nunca, antes, em sua história de 430 anos completos ontem, São Paulo viu algo igual — centenas de milhares de pessoas transbordando na praça da Sé para todos os lados, horas debaixo da chuva, num grito uníssono: eleições diretas para presidente” (*IstoÉ*, 01/02/84). Para uma sociedade em cuja memória coletiva se cristalizara a idéia de passividade e amorfismo, aquele evento era percebido como algo surpreendente e inovador.

As representações e práticas exercitadas pelos sujeitos do protesto no espaço público, nas manifestações contra o regime, foram configurando elementos de uma nova cultura política. Ainda que esta cultura política não encontrasse um discurso articulado e orgânico para se expressar, o paradigma democrático, pela sua própria fluidez, servia para demarcar o *ethos* da ação coletiva. Portanto, o evento não surgia do vazio histórico, mas se inscrevia em práticas que já haviam sido exercitadas no espaço público.

Mas aquele comício, inegavelmente, trouxe algumas novidades. Por exemplo, o ímpeto de ocupação das praças públicas, que até 1980 ficara restrito a segmentos específicos da sociedade, se ampliou para o cidadão sem vínculo orgânico com o movimento social ou partidário. O encontro dos cidadãos nas praças e ruas rompia as estratégias de “segregação do urbano”, que buscavam impedir o protesto, a contestação, ao “dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir” (LEFEBVRE, 1969: 114). A vida política se renovava nos moldes de uma nova forma de apropriação do espaço urbano, ma-

terializado como espaço público privilegiado.

A percepção do comício de 25/01/84 pela imprensa como um marco inaugural da campanha e de uma nova temporalidade, foi potencializada pela sua própria amplitude numérica. A presença daquela multidão protestando pela democracia causara uma repercussão enorme nos jornais, que passaram a endossar a luta pelas “diretas”. O primeiro comício, convocado pelo PT realizado na Praça Charles Miller, havia sido apagado da memória. Além da amplitude numérica, o comício da Praça da Sé se prestava melhor como referência para o discurso do “consenso”, na medida em que a multidão presente não representava nenhum sujeito político em particular.

Por outro lado a imprensa não só registrou os eventos mas teve um papel fundamental na produção da imagem do “consenso” e na tentativa de estabelecer os limites políticos das “Diretas-Já”. A *Folha de São Paulo* se destacou como uma das articuladoras da campanha¹³. Outros órgãos de imprensa não puderam minimizar o impacto do primeiro comício, sob pena de caírem no descrédito junto à opinião pública. *O Estado de São Paulo* procurou se engajar na campanha com muita cautela e, ao analisar as “constantes e variáveis” do processo iniciado com aquele comício, fez uma previsão que não se cumpriria: “O prosseguimento da campanha pelas eleições diretas irá assinalar, provavelmente, uma queda de tom nas praças públicas. Pelo número de participantes, o comício da Sé não terá marcado o clímax com que deveria ser encerrada?” (*O Estado de São Paulo*, 27/01/84, editorial). Ao priorizar os espaços institucionais da política, os órgãos da grande imprensa não perceberam que uma das características da cultura política que se afirmava era a ocupação massiva da praça pública, que ia muito além de qualquer tática instrumental de ganho político imediato.

Nessa lógica, aquele comício, percebido como um evento de grandes proporções, deveria

¹³ Sobre o processo de engajamento da FSP, na campanha das “Diretas-Já”, ver a entrevista de Otavio Frias Filho à revista *Lua Nova*, São Paulo, v.1, nº 2, pp.31-36.

estimular outros da mesma natureza e de maior amplitude.

A oposição liberal, amplamente corroborada pelo discurso da imprensa se aproveitou daqueles eventos, para se legitimar como representante da “vontade popular” na luta contra o regime. Aos grupos dirigentes vinculados diretamente ao regime só restava desqualificar e neutralizar as conseqüências institucionais da campanha. A partir dos distúrbios de abril de 1983 e da politização do movimento social, segmentos da própria elite dirigente perceberam a urgência em dar uma resposta à crise do regime.

Dentro da idéia clássica de “soberania” de matriz liberal, era inegável que a multidão nas ruas se transformava num trunfo importante nas negociações com o regime. Essa idéia foi defendida numa dissertação recentemente concluída por Alberto Tosi Rodrigues. Conforme o autor, a politização das ruas acabou se transformando num importante argumento na “barganha” com os militares, legitimando a oposição institucional liderada por setores do PMDB que conseguiram conduzir o processo sucessório indireto (RODRIGUES, 1994).

Ressaltamos, porém, que esta estratégia das elites liberais não contempla nem anula todos os múltiplos aspectos e significados da campanha. As “Diretas-Já” historicamente consagraram o caráter polissêmico do paradigma democrático, ao mesmo tempo que demarcaram a instância onde essa “polissemia” deveria ser enunciada e negociada: o espaço público. No processo de institucionalização da lembrança deste movimento, na construção do discurso fundador da “Nova República”, houve um esforço em apagar esse sentido heterogêneo e conflitivo das “Diretas-Já”. Processo, aliás, facilitado na medida em que a exigência imediata da campanha não foi contemplada, estabelecendo-se as bases para uma transição negociada, “pelo alto”, controlada pelos liberais.

No mês de março de 1984, na medida em que a campanha caminhava para algum tipo de definição imediata, a imprensa demarcava algumas características observadas nos comícios que explodiam nas ruas e praças de todo o país: “Entre surpresos e entusiasmados os observadores da imprensa independente desdobraram-

se para registrar os múltiplos aspectos inusitados dessa mobilização: sua extraordinária abrangência, tanto em termos sociais como geográficos; o alto grau de consciência cívica e auto-disciplina das multidões que [...] tem ocorrido às manifestações e se espalhou a despeito das ‘rúspidas advertências’ oficiais e do boicote de alguns importantes meios de comunicação” (*Folha de São Paulo*, 07/03/84, editorial). Este aspecto reafirmava a percepção de uma multidão consensual.

Enquanto o Congresso definia a data da votação da emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas, o governo contratabava, anunciando a emenda Leitão (Chefe da Casa Civil): segundo esta proposta as eleições seriam realizadas somente em 1988. Paralelamente, o governador mineiro Tancredo Neves retomava articulações com os representantes do regime militar, não excluindo a “hipótese de levar o PMDB ao Colégio Eleitoral, caso a emenda Dante de Oliveira não fosse aprovada” (*Folha de São Paulo*, 09/03/84, p. 04). A questão que paira até hoje, para os analistas, é: em que medida estas articulações não facilitaram a derrota da emenda, já que se construía uma alternativa de ruptura “negociada” com o regime? Essa possibilidade dava garantia de permanência para os políticos que, mesmo contra as diretas, apoiassem um nome de “consenso” para a sucessão presidencial.

Considero que o “uso” das “Diretas-Já” pela oposição institucional está diretamente relacionado às tentativas de neutralizar, num discurso político homogêneo, o caráter multifacetado, plural e conflitivo do movimento e, ao mesmo tempo, neutralizar os efeitos traumáticos dos motins de 1983.

Vislumbrando a possibilidade concreta de uma transição negociada para um governo “civil”, setores do PMDB ligados aos governadores de Minas Gerais e de São Paulo, se afastaram, sutilmente, das manifestações de rua. O argumento era o de que a participação direta do governo do Estado “[...] só prejudicaria a disposição do governo federal em negociar as diretas e poderia desembocar numa ‘radicalização’ capaz de levar ao fechamento político [...], pois uma nova manifestação pública poderia ser

inter-pretada pelos militares com uma tentativa de acuar o governo federal e o Congresso” (*Folha de São Paulo*, 15/03/84, p. 06). Organizava-se o golpe contra as “Diretas-Já”, a partir de alguns participantes do próprio movimento. Tancredo e Montoro anunciaram então que não participariam dos comícios (*Folha de São Paulo*, 17/03/84). Alguns dias depois, pressionado pelas bases peemedebistas, Montoro recua da sua decisão e decide participar (*Folha de São Paulo*, 21/03/84, editorial).

Este é um aspecto importante e demonstra que o significado histórico da campanha não deve ser reduzido ao da transição política dentro dos marcos institucionais que se anunciava, justamente, negando as tensões internas e a pluralidade do movimento.

Enquanto as negociações de cúpula prosseguiram, setores da sociedade civil continuavam ocupando a praça pública¹⁴. Esta ocupação acabava por redefinir os marcos da soberania popular. O movimento se ampliava a cada comício espalhando-se por todo território nacional. O articulista João Russo escreveu: “A população foi às ruas pelas ‘diretas já’, transfor-

mou-as na síntese de todos os graves problemas que enfrenta, despejou nelas suas esperanças [...]”. Em seguida alertava: “A história do Brasil é pródiga em exemplos: a rua invariavelmente perdeu os embates e tem guardado nas casas infundáveis coleções de golpes” (*Folha de São Paulo*, 01/04/84, p. 12).

A campanha das “Diretas” era saudada por apressar a crise do regime e reafirmar os marcos da soberania, mas a tradição da política brasileira sugeria a solução do impasses nacionais, através de uma negociação palaciana. Esta aparente incongruência demonstra o embate entre a nova cultura política que se consolidava e as práticas tradicionais do jogo político brasileiro.

As avaliações da oposição institucional e dos movimentos sociais de base, apoiados na percepção dos novos eventos de protesto, coincidiam num ponto: o regime militar tinha se esgotado¹⁵. As alternativas para a superação do “ciclo militar” é que divergiam e expressavam as contradições de fundo da sociedade brasileira que o discurso do “consenso” procurava neutralizar. Exemplo dessa divergência surgia nas táticas de pressão contra o regime: quando representantes dos trabalhadores, integrantes da Comissão Pró-Diretas, sugeriram uma “greve geral”, a idéia foi mal recebida pela ala mais conservadora do movimento e condenada pela imprensa liberal que em manchete declara: “Sociedade Civil critica proposta de greve dia 25” (*Folha de São Paulo*, 06/04/84). Apesar disso, a *Folha de São Paulo* destacou que 57% da população da cidade de São Paulo seria favorável a uma paralisação no dia da votação (*Folha de São Paulo*, 07/04/84). A imprensa liberal deixava claro os limites de sua opção política pelo movimento das “diretas”. A radicalização do confronto com o regime militar não fazia parte da estratégia liberal de transição política, fazendo a própria *Folha de São Paulo*, um dos arautos do movimento, oscilar em suas posições. Os acontecimentos do mês de abril potencializaram e fizeram emergir as contradições do movimento. Contradições que foram justamente a expressão de sua riqueza de significados históricos.

¹⁴ O balanço geral da campanha demonstra sua amplitude, contagiando todas as grandes cidades brasileiras e extrapolando os grandes centros urbanos do país. Até o dia 16/04/84, quando seria realizada uma grande passeata-comício de São Paulo, cerca de 5 milhões de pessoas já haviam ocupado diretamente as ruas e praças do Brasil. A cronologia do movimento foi a seguinte: Curitiba 12/01 - 50 mil pessoas; São Paulo 25/01 - 300 mil; Rio de Janeiro 16/02 - 50 mil; Belém 16/02 - 60 mil; Belo Horizonte 24/02 - 300 mil; Rio de Janeiro 21/03 - 200 mil; Londrina 02/04 - 50 mil; Recife 05/04 - 80 mil; Rio de Janeiro 10/04 - 1 milhão; Goiânia 12/04 - 250 mil; Porto Alegre 13/04 - 200 mil. (Fonte: *Folha de São Paulo*, 22/04/84). Ao lado desses grandes eventos em praça pública, toda reunião social, na esfera pública ou privada, foi pretexto para pedir as “diretas”. O jornal *O Estado de São Paulo* relacionou: bailes, churrascos, chopadas, batucadas, festas de formatura, partidas de futebol, noites de autógrafos, vernissages (*O Estado de São Paulo*, 22/04/84, p.8). Até os “locais de trabalho” tiveram espaço para as manifestações pela volta das eleições diretas (idem). A noção mesma de espaço público (e político) se redefinía, tendo como característica a idéia de pluralidade.

¹⁵ Ver “Ciclo de 64 se esgota, concordam os políticos” (*Folha de São Paulo*, 02/04/84, p. 05).

No dia 10/04 o Rio de Janeiro proporcionou um grande “espetáculo das multidões”: cerca de 1 milhão de pessoas se concentrou na Cinelândia. Os cariocas retomavam sua tradição de protestos de rua, marcados, principalmente, pelas passeatas de 1968. O historiador Hélio Silva declarava, emocionado: “O povão nivelando tudo, avolumando a manifestação porque este período de 20 anos de privação dos *direitos políticos* solidificou a nossa democracia. Daí surgir um povo politizado, como se demonstra hoje nas ruas” (Hélio Silva, *Folha de São Paulo*, 10/04/84, p. 05, grifo nosso). Os jornais saudaram a manifestação, que deu novo fôlego à campanha, nas vésperas da eleição: “Rio faz o maior comício da história do Brasil” (*Folha de São Paulo*, 11/04/84, p. 01). O mesmo jornal destacou: “Neste percurso outro marco foi estabelecido pelo grandioso comício do Rio, ao elevar a participação dos cidadãos em praça pública — numa verdadeira experiência de democracia direta — ao nível do milhão” (*Folha de São Paulo*, 15/04/84, editorial). Mesmo o jornal *O Estado de São Paulo* que a princípio tinha sido cauteloso com relação ao movimento, não pode deixar de dar ampla cobertura e saudar “a grande festa cívica no melhor estilo carioca, onde a irreverência e a alegria se confundem com clamor sincero de um ato político” (*O Estado de São Paulo*, 11/04/84, p. 07). Show, carnaval e manifestação política deixavam de ser auto-excludentes, na própria fala da imprensa. Este enfoque demonstra que a imprensa teve que acompanhar as grandes manifestações da opinião pública, sob pena de cair no descrédito. Ao mesmo tempo formadora de opinião e expressão do público leitor, a imprensa acabava sofrendo os influxos dos grandes eventos coletivos.

Ainda no protesto do Rio de Janeiro uma faixa na mão de um manifestante dizia: “Se alguns pediram 64, agora todos pedem diretas”. A presença da multidão, de forma pacífica e “ordeira”, reelaborava os próprios argumentos do regime militar. O articulista Jânio de Freitas destacou “[...] que em nenhuma dessas concentrações, em nenhum momento, ocorresse a mais leve manifestação de ira, de incivilidade, de descontrole [...]; estas multidões estão possuídas da maturidade e da tranqüilidade dos que [...] vão de encontro ao destino” (*Folha de São Pau-*

lo, 11/04/84, p. 05). Se as multidões de saqueadores em abril de 1983 anunciavam imagens apocalípticas no imaginário político, as multidões das “Diretas-Já” suscitavam as imagens do consenso, em que pese as tensões internas do movimento.

Era inevitável, porém, que algum tipo de conteúdo ideológico “cívico-nacionalista” emergisse junto com a campanha: “Quando ninguém acreditava mais na possibilidade de grandes manifestações de rua, na era da comunicação eletrônica e em uma sociedade como a brasileira, o verão democrático nos fez deixar de ter vergonha do Uruguai” (*Folha de São Paulo*, 15/04/84, p. 04)¹⁶.

O elogio da multidão “ordeira”, veiculada pela imprensa, fez parte da tentativa de construção do discurso do consenso que estabelecia os limites políticos do confronto.

Se a ocupação pacífica do espaço público foi característica da nova cultura política, este aspecto nunca neutralizou o caráter conflitivo da nova idéia de democracia. Mas o discurso da imprensa, referendado por segmentos liberais, pareceu às vezes apontar para uma “passividade festiva” da multidão, isolando-o de outros aspectos: “Entusiasmo e coragem cívica não se contradiz com a obediência tranqüila dos limites da lei e da ordem. Ao contrário, o caráter pacífico do protesto tem se traduzido na arma mais eficaz da sociedade civil para converter essa imensa força social em força política, isto é, em exercício efetivo de cidadania” (*Folha de São Paulo*, 12/04/84, editorial). As imagens da multidão “ordeira” nas “Diretas-Já”, veiculadas pela imprensa, acabavam se articulando em valores nacionais e cívicos, que neutralizavam as tensões sociais. Não se pode negar que essa valorização da “ordem” e do “consenso” também per-

¹⁶ Destacamos que em outros países da América Latina, no começo dos anos 80, ocorreram grandes manifestações de massa pela democracia: na Argentina, a partir do fracasso militar das Malvinas, um movimento de rua, exigiu o fim do regime militar; no Chile, as “jornadas de protesto” sacudiram o ano de 1983 e recolocaram as multidões nas ruas contra a ditadura de Augusto Pinochet. Para uma análise mais profunda dos movimentos contestatórios na América Latina ver CHERENSKY & CHONCHOL, 1986.

passou segmentos dos sujeitos de protesto que ocupavam as ruas. A introjeção do discurso da ordem revela a interpenetração de uma história de longa duração com elementos de uma nova cultura política — mesmo os seus representantes podem se apropriar de conteúdos tradicionalmente conservadores e os reelaborar para expressar as suas demandas.

Mas há um outro lado do caráter pacífico e festivo das “Diretas-Já” que merece destaque: a ênfase na ocupação “ordeira” das ruas inviabilizava a legitimidade de qualquer iniciativa de repressão por parte do regime e era assumida pelos protagonistas como parte dessa tática de ocupação do espaço público. Por exemplo, a imprensa destacou que: “As paixões estão nas ruas — e esta é a razão por que a escalada do medo não deu certo. Já não é possível intimidar quem reage às gargalhadas” (*Visão*, 23/04/84, p. 24). A sociedade encontrava um modo de expressão que superava definitivamente o “círculo do medo”. Nesse contexto, a forma com que o movimento ocupou o espaço público exigiu a superação dos referenciais da Doutrina de Segurança Nacional. Como destacou a *Folha de São Paulo*: “Uma massa daquele tamanho permanece junta durante horas sem nenhum conflito, nenhum entrevero e o mito da ‘segurança pública ameaçada’ caiu por terra” (*Folha de São Paulo*, 15/04/84, p. 04).

Como demarcou Henri Lefebvre, a identidade política dos grupos excluídos, numa cultura política renovada, se caracteriza pelo “direito à cidade”, onde a expressão lúdica não anula a efetividade do conflito social. A produção do consenso tentava ocultar este novo significado da democracia que se esboçava fora de quaisquer parâmetros liberais. E ao mesmo tempo tentava compensar a inoperância ideológica da Doutrina de Segurança Nacional, que sempre apostara na necessidade de esvaziamento do espaço público como garantia da ordem social e agora perdia sua plausibilidade.

O regime militar, após o comício do Rio, tentou dar uma resposta à sociedade civil através da elaboração de uma emenda constitucional que incorporava muitas de suas reivindicações políticas e programava eleições diretas para 1988. No geral, eram propostas de reformas libe-

ralizantes, maior poder ao Congresso Nacional e, inclusive, mecanismos jurídicos de valorização dos direitos humanos¹⁷.

No mesmo dia em que o projeto governamental foi anunciado ocorreu a grande passeata-comício de São Paulo (16/04/84). O movimento consolidava uma expressividade numérica e política incontestável. Naquela passeata mais de 10% da população de uma metrópole saiu às ruas para exigir seus direitos¹⁸. “Pouco tempo atrás não se podia prever que esta enorme quantidade de pessoas estivesse nas ruas reivindicando o direito de fazer política” dizia um repórter da BBC de Londres (*Folha de São Paulo*, 17/04/84, p. 10).

No palanque do dia 16/04 discursaram Ulysses, Tancredo, Montoro, entre outros. Lula, o líder popular gerado no seio da “experiência do autoritarismo” dos anos 70, era aguardado com grande expectativa. A revista *IstoÉ* registrou: “Ao anúncio do nome de Lula, o Anhangabaú explodiu em palmas, com o ondular de milhares de bandeiras vermelhas estreladas. Se o comício do Rio foi a consagração de Brizola, o de São Paulo foi a apoteose de Lula” (*IstoÉ*, 25/04/84, p. 31). Comentando a frase de um militar ligado ao governo, de que a “baderna está de volta ao país”, Lula disse: “Não é baderna não general. A baderna está no Colégio Eleitoral” (*IstoÉ*, 25/04/84, p. 31). No fim do comício todos, de mãos dadas, cantaram o Hino Nacional. Na dispersão da massa “[...] os rostos brilhavam, as pessoas erguiam seus braços, cumprimentavam-se, sorriam e seguiam em meio a discursos, batucada, cantorias e *slogans*, num clima de serena festividade e sem qualquer incidente” (*Folha de São Paulo*, 17/04/84, p. 11).

Mas, em meio ao impacto do último comício em São Paulo, a tensão e a expectativa voltaram a tomar conta do país, na medida em que se aproximava o dia da votação.

¹⁷ A íntegra da mensagem presidencial ao Congresso e do projeto de revisão constitucional, podem ser vistos em *O Estado de São Paulo*, 17/04/84, pp 05-06.

¹⁸ No comício de Goiânia, cerca de 30% da cidade estava na praça.

Ante a ameaça de ocupação das ruas de Brasília, o governo decretou “Estado de Emergência”, no dia 18/04. O general Figueiredo chantageou a Nação: “A aprovação da emenda Dante de Oliveira poderá provocar um novo 64 ao país” (*Folha de São Paulo*, 19/04/84, p. 04). As rádios e TVs foram proibidas de transmitirem a votação.

Cedendo às pressões, e articulando sua futura candidatura indireta, Tancredo Neves reprimiu um comício em Ouro Preto que seria realizado no dia 21/04 na comemoração da Inconfidência Mineira. Ao mesmo tempo ele “prega o entendimento e reprime o radicalismo” (*Folha de São Paulo*, 22/04/84, p. 04). Tancredo também já admitia publicamente, antes da votação da emenda Dante de Oliveira, negociar a emenda constitucional do governo (*O Estado de São Paulo*, 24/04/84, p. 04). Em contrapartida, Figueiredo considerava Tancredo Neves um nome “confiável” (*Folha de São Paulo*, 25/04/84, p. 04). Em Brasília 8.000 homens isolaram a cidade, cercaram o Congresso e entraram em choque com manifestantes no dia 25/04. As lideranças do regime e a oposição liberal acenaram com o “fantasma de 1964” para legitimar a saída negociada dos militares (*Folha de São Paulo*, 25/04/84, p. 05). Lula, em nome do PT, denunciou: “A proposta é de transação e não de transição” (*Folha de São Paulo*, 25/04/84, p. 04). Estes acontecimentos evidenciavam a acirrada disputa pelo lugar da soberania política no país, que se tornara dramática às vésperas da votação da emenda constitucional das “diretas”. Ao mesmo tempo parecem sugerir um ponto de clivagem nos próprios liberais que assumiram os limites do movimento e concentraram seus esforços políticos nas negociações institucionais.

No dia 24/05, véspera da votação da emenda “Dante de Oliveira”, diversas cidades realizaram um “panelaço” (batidas de panelas) nas ruas. Em Brasília organizou-se um “buzinaço”. No dia da votação, a Praça da Sé em São Paulo recebeu entre 15 e 20 mil pessoas em “vigília cívica”, por volta das 18 horas. A todo momento chegavam cartazes jornalísticos que eram afixados nos muros ao redor da praça, trazendo as notícias que furavam a censura de Brasília¹⁹. Em Belo

Horizonte, sintomaticamente, a PM reprimiu a vigília. Para o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, a garantia de um credenciamento institucional à sucessão do general Figueiredo passava pela reafirmação do lugar da soberania tradicional: as instituições de Estado, fora da contestação dos grupos sociais mais significativos, reunidos em praça pública. Nesta ótica, os eventos deveriam perder sua efetividade.

No Congresso, o “golpe” contra a emenda deu resultado e abriu caminho para as negociações palacianas, que ocupariam todo o resto do ano e consolidariam a “transição pelo alto” do regime militar para o Estado de direito, realizada com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral²⁰ em janeiro de 1985²¹. Naquela noite de 25/04, numa ação coordenada, faltaram 22 votos para que a emenda fosse aprovada. A maioria da bancada do PDS, comandada pelo candidato Paulo Maluf, faltou à votação.

Sobrava a frustração para amplos setores da sociedade que tinham lutado pela aprovação da emenda pelas “diretas”. Os grupos sociais, organizados ou não, registraram o evento como uma “experiência de impotência” e derrota. Já o editorial da *Folha de São Paulo* procurou resgatar os aspectos positivos do movimento: “Um povo sempre acusado de [...] inaptidão para a vida pública ofereceu [...] o espetáculo do seu próprio

Censura” e eram editados pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Foram editados 13 cartazes ao todo, das 16:00 às 22:30, que traziam as últimas informações da capital federal.

²⁰ A tentativa de formar um consenso na oposição ao regime para que todos os partidos participassem do Colégio Eleitoral causou uma grande polêmica na época. O PT se recusou a aderir ao consenso e expulsaria, mais tarde, seus parlamentares que participaram da votação indireta. Este aspecto revela as contradições e tensões internas de um partido que nascera das lutas não-institucionais e se via pressionado a participar das instituições oficiais.

²¹ Ver *Folha de São Paulo*, 27/06/84 sobre uma nova concentração na Praça da Sé, na tentativa de reeditar o movimento e recolocar a questão das “Diretas”. Mas naquela altura dos acontecimentos as mobilizações se confundiam com o apoio à candidatura de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. Em Janeiro de 1985, Tancredo foi eleito, derrotando o candidato do PDS, Paulo Maluf.

¹⁹ Os cartazes se intitulavam “Brasília. Sem

talento para se manifestar com maturidade, energia e imaginação [...].

O Brasil mudou, a sociedade civil resgatou seus compromissos, a população exigiu seus direitos tantas vezes postergados [...]" (*Folha de São Paulo*, 26/04/84). Este tipo de discurso definiu os parâmetros de lembrança daqueles acontecimentos, sob uma ótica liberal, na qual de uma maneira ou de outra, a soberania era recolocada e serviria de sustentação política na transição para o poder civil.

O jornalista Fernando Gabeira, ressaltou outros aspectos positivos, sob outra perspectiva: "O coração do Brasil não está aqui (em Brasília) embora todos estejamos atentos para o que se passa no plenário. O coração do Brasil está nas ruas, nas fábricas, nos escritórios, nas escolas [...]. Hoje não passa de um dia perdido no tempo. Nunca tive tanto orgulho de ser brasileiro como nessa semana de abril" (*Folha de São Paulo*, 26/04/84). Um dia antes, o mesmo Fernando Gabeira escrevera, prevendo o "golpe" contra as diretas: "O resultado já não importa [...]. A alegria e a força que sinto em todos nós não morrerá com nenhum desfecho parlamentar. A grande novidade é que o país inteiro tomou consciência da necessidade de dirigir o próprio destino e a grande cartada dessa transição nós jogamos e jogaremos nas ruas. Aí se decidirá o nosso destino [...]. Escrevo praticamente no meio da rua [...]. O desejo que se expressa nas ruas é o fim da ditadura militar. Podem encontrar várias fórmulas, vários nomes, mas nenhuma conseguirá silenciar o grito de Diretas-Já" (*Folha de São Paulo*, 25/04/84, p. 20). Esta lúcida percepção indica um outro parâmetro de compreensão histórica do protesto. Gabeira, ao descrever os acontecimentos, sinalizou a nova idéia de democracia, que rompia os limites institucionais.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os protestos de 1983 e 1984 devem ser vistos em seu conjunto, dentro de um telos histórico amplo. Ainda que referendados por práticas completamente diferentes, os dois "tipos" de multidão — a dos "saques" e a das "diretas"— estão situados num campo histórico comum, o

que não neutraliza sua pluralidade de significados. O impacto causado pelos motins urbanos, que demonstraram no espaço público, a gravidade e a intensidade da crise social, exigiu das lideranças de oposição institucional e dos movimentos sociais como um todo, uma resposta organizada contra o regime, sob pena de perder o controle do processo político. Dado o seu caráter ideológico muito amplo e diversificado, a hegemonia interna no movimento "Diretas-Já" era determinante para o desdobramento político da campanha. O "paradigma democrático" galvanizou diversos segmentos sociais, mas à medida em que segmentos das elites políticas liberais conquistaram a condução do processo, este acabou desembocando nas negociações "palacianas". Historicamente, este aspecto se traduziu numa tentativa de institucionalizar a memória das "Diretas-Já", pelas elites políticas da "Nova República", ao mesmo tempo que se recalcava a memória sobre os "saques", limitado a um evento puramente episódico.

Apesar dos balanços positivos, parece que o processo de homogeneização da pluralidade e conflitos inerentes à campanha das "Diretas-Já" — que definimos como a "produção do consenso" — complementou, num certo sentido, a dinâmica de memorização da derrota. Esse processo foi significativo no conjunto dos cidadãos e, sobretudo, entre os militantes da esquerda democrática. Assim, o evento ao invés de constituir-se numa temporalidade pública nova e reconhecível no registro da memória, "desacontece" na medida em que é vinculado a uma memória da "derrota" e da "impotência" de um tempo "perdido". A temporalidade do protesto público se confunde assim com a temporalidade marcada pelo Estado, por suas instituições oficiais e semi-oficiais e pelos segmentos adeptos da transição "pelo alto". Temos aqui configurada uma dinâmica básica da historicidade brasileira, onde a memória só "acontece" quando registrada em nível institucional. Os eventos protagonizados pelos grupos de protesto, excluídos do poder político, "desacontecem" na medida em que não se opera um "acabamento" dos eventos significativos, ou seja, seu registro como memória de luta que tenha implicado em avanços e conquistas. Assim, o esquecimento puro e simples pela memorização da derrota ou a lembrança

fragmentada que não institui uma identidade política reconhecível publicamente, fazem com que os acontecimentos “desaconteçam”.

Apesar da intensa frustração dos setores populares, os desdobramentos daqueles protestos públicos pela democracia, que se entrecruzaram nas “Diretas-Já”, se fizeram presentes durante todo o período da “Nova República”, quando diversos sujeitos retomaram os diversos sentidos de democracia construídos na luta contra o regime militar. Mas, sem dúvida, a memorização da derrota acabou por impedir a formulação de enunciados públicos que registrassem a riqueza de significados do conjunto dos protestos de rua. Conseqüência direta desse processo de “desacontecimento” é a minimização daqueles protestos como redefinidores das estratégias políticas das próprias elites dirigentes, durante a transição democrática. A percepção de que a transição democrática se deu “pelo alto”, consagrou uma idéia de que as iniciativas políticas desses grupos foram unidirecionais, quando na verdade elas fizeram parte do jogo, plural e conflitivo. Nesse jogo político, a “rua” e o “palácio” foram os palcos e as forças sociais, tomadas em seu conjunto, foram os efetivos protagonistas.

O “povo real”, plural e conflitivo, havia se diluído nas representações do consenso e de um “povo ideal”, construídas para cristalizar um determinado significado ideológico das “Diretas-Já”. Fimado o “carnaval democrático” a imprensa liberal voltou a condenar o “povo real” (SADER, 1983).

A *Folha de São Paulo* noticiou que: “[...] desocupados aproveitam protesto na Sé para saques [...]. A Praça da Sé viu reunido dois tipos de pessoas totalmente diferentes: as que efetivamente protestavam [...] e os desocupados que habitualmente freqüentavam a área” (*Folha de São Paulo*, 26/04/84, p. 12). O *Estado de São Paulo* rotulou as manifestações do dia seguinte à rejeição da emenda Dante de Oliveira como “o dia dos baderneiros”. Segundo a matéria do jornal, os distúrbios começaram na madrugada de 26/04, quando se soube da rejeição da emenda. Algumas pessoas queimaram bandeiras e títulos de eleitor. O palanque montado na Sé foi incendiado e uma multidão de cerca de 200 pes-

soas acabou sendo dispersada pela polícia. Os conflitos duraram até o início da noite do dia 26, quando os soldados ocuparam a praça. Conforme o jornal “dezenas de ‘trombadinhas’, desocupados e até bêbados chutaram as latarias de ônibus e carros, atiraram pedras e garrafas contra os prédios da região, incitando ao saque” (*O Estado de São Paulo*, 27/04/84, p. 07).

As imagens veiculadas anteriormente pelos próprios jornais, da “multidão cívica e ordeira”, se diluíam subitamente nas ações dos “baderneiros” e “desocupados”. Era como se aqueles eventos ocorridos nos meses anteriores só encontrassem espaço de registro numa memória celebrativa, desarticulada de quaisquer desdobramentos efetivos, ainda que não desejáveis. Na visão da grande imprensa, o protesto popular mais incisivo era ilegítimo e “irracional” por si, abstraindo-se de qualquer contexto histórico, por isso o diluíam no discurso do consenso. A ordem geral, em que pesasse toda a indignação com a rejeição da emenda constitucional, era “dispersar”. O “carnaval social” chegara ao fim e o espaço público “deixava” de ser o lugar da política. Mas essa opinião contrastava com a vontade dos manifestantes, que declaravam: “O povo já conquistou as praças e daqui não vamos sair de jeito nenhum” (*Folha de São Paulo*, 26/04/84, p. 12).

Com o fim do regime militar, a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a instauração da “Nova República”, as formas e representações geradas pelo protesto de rua contra o regime foram se incorporando nas novas lutas sociais, pelos movimentos que continuaram expressando suas reivindicações por cidadania, no sentido pleno do termo: participação efetiva na gestão do Estado, igualdade política entre os diversos segmentos sociais e maior distribuição da renda nacional. A análise dos protestos de rua e das manifestações políticas como um todo, durante a “Nova República”, escapam aos limites deste texto. Entretanto, limito-me a ressaltar que os elementos da nova cultura democrática e da tradição política brasileira se fizeram presentes também durante esse período. Dois exemplos: a trajetória institucional do movimento sindical, a partir de 1985, onde conteúdos inovadores (autonomia, basismo) entraram em

conflito com a tradição corporativa e verticalizada dos sindicatos; e as pressões populares na Assembléia Constituinte, onde demandas por cidadania e grupos de interesse eram formuladas num mesmo enunciado.

O “povo”, efetivamente, havia “conquistado” a praça para a manifestação política e dela se utilizou nos anos posteriores, em greves, passeatas, atos públicos, reivindicações gerais. Mas como já mostrei antes, as “vozes das ruas” tenderam a ser apagadas não só pelo discurso do consenso como também pela incapacidade dos grupos de protesto de registrar suas experiências de forma a constituir um patrimônio vivo de identidades políticas, geradas em experiências sociais significativas e fundantes.

²² Expressão emprestada de BOBBIO, 1992: 05.

Ainda que não tenham sido devidamente registradas na memória social, aquelas lutas democráticas, inegavelmente, produziram alguns frutos para a sociedade brasileira. O seu legado pode ser definido, ao mesmo tempo, como um desafio e uma conquista: o desafio de saber ouvir as diversas “vozes” que vêm da rua; a conquista de uma nova perspectiva política, evitando interpretar o legítimo protesto popular como uma ameaça à “ordem” e, como tal, origem das crises institucionais que acabam conduzindo às soluções autoritárias.

Um desafio e uma conquista que não se configuraram “de uma só vez, nem de uma vez por todas”²² e que estão colocados ainda hoje para todos que se envolveram, de uma forma ou de outra, na luta pela efetivação da democracia no Brasil.

Marcos Napolitano é Mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus.

CHERENSKY, Isidoro & **CHONCHOL**, Jacques (orgs). (1986). *Crise e Transformação dos regimes autoritários*. Campinas/São Paulo, Ed. Unicamp/Icone.

FESTA, Regina. (1984). *Comunicação popular e alternativa: a realidade e as utopias*. Dissertação de mestrado. Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo (SP).

KOTSCHO, Ricardo. (1984). *Explode um novo Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

LEFEBVRE, Henri. (1969). *O Direito à cidade*. São Paulo, Ed. Documentos.

MUSZIYNSKI, Judith et alli. (1990). “Democratização e opinião pública no Brasil”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *De Geisel a*

Collor: o balanço da transição. São Paulo, Ed. Sumaré/IDESP.

NAPOLITANO, Marcos. (1994). *Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua contra o regime militar na Grande São Paulo — 1977/1984*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP.

RODRIGUES, Alberto Tosi. (1994). *Mobilização e conflito político: a campanha das Diretas-já*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP.

SADER, Eder. (1983). “O protesto sem juízo: os saques de abril”. *Desvios*, São Paulo, 2: 10-17, ago.

STEPAN, Alfred. (1988). *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Paz & Terra.

OUTRAS FONTES

Folha de São Paulo, 1983/1984.

O Estado de São Paulo, 1983/1984.

IstoÉ, janeiro e abril de 1984.

Visão, abril de 1984.